



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

DECRETAÇÃO DA MORATÓRIA

Cadeia nacional
de rádio e televisão
Palácio do Planalto
20 de fevereiro

«Queremos uma economia de livre mercado, competitiva, dinâmica, moderna e com o direito de crescer.»

15 de fevereiro — O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, afirma, que o Governo não pensa em novo choque na economia ou em novo congelamento de preços. O gatilho permanece e será acionado a cada vez que a inflação atingir 20%.

Brasileiras e brasileiros, boa-noite,

É com uma grande emoção que eu falo à Nação para dizer que depois de ouvir o Conselho de Segurança Nacional — que é composto por todos os Ministros de Estado, o presidente do Supremo Tribunal Federal, os presidentes da Câmara e do Senado, os chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas, que depois de ouvir o Conselho de Segurança, por mim convocado, tomei uma decisão de grave importância para a história do Brasil contemporâneo. Quero anunciar que o Brasil suspende o pagamento dos juros de sua dívida externa.

Devo confessar que não é fácil tomar uma decisão dessa magnitude. Ela é, sobretudo, uma atitude de coragem, uma atitude de quem tem fé no nosso Brasil.

Vamos negociar uma fórmula de amortizar os nossos compromissos dentro de parâmetros que não compromete-

tam o desenvolvimento nacional, uma fórmula que evite a instabilidade política que fatalmente viria seguida de recessão, de desemprego, de crise social.

Mas eu devo dizer que esta não é uma atitude de confronto. O Brasil não é País de confronto. O Brasil, oitava economia do mundo ocidental, não deseja ser uma economia autárquica, fora da comunidade internacional. Deseja, sim, uma negociação justa.

Queremos uma economia de livre mercado, competitiva, dinâmica, moderna e com o direito de crescer.

Fizemos um grande esforço para ativar o nosso comércio exterior.

Mas não podíamos fazê-lo à custa de uma política recessiva, cujo único objetivo seria o de gerar saldos comerciais, esquecendo os inadiáveis interesses do País.

O Brasil não deseja enganar ninguém, mas quer ter condições exequíveis de pagamento.

No momento da negociação, na mesa da negociação, nós diremos as condições que não comprometam os objetivos do crescimento nacional.

Por motivo de soberania e segurança nacional, nossas reservas têm de ser preservadas.

Desde o princípio do Governo eu estabeleci que esse seria nosso procedimento e marquei o limite. Agora chegou o momento da decisão.

Quero deixar claro que fizemos uma opção consciente, longamente amadurecida. Uma decisão pensada, uma decisão sem afoiteza.

O Brasil tem hoje reservas suficientes para atender às importações por vários meses. Nossas reservas líquidas e disponíveis, posso assegurar à Nação que são de 3 bilhões 962 milhões de dólares. Os países não costumam revelar as suas reservas, mas eu o faço transparentemente nesta noite, justamente para evitar interpretações equívocas daqueles que não acreditam no nosso País.

A situação é totalmente diferente de 1982. Aí sim, naquela época houve um constrangimento de fato. Por quê? Porque o Brasil não dispunha de recursos para honrar seus

compromissos. Não dispondo de divisas nem sequer para financiar importações essenciais, nós ficamos à mercê dos credores que nos impuseram suas condições e não tivemos condições de resistir. O Brasil teve de recorrer ao Fundo Monetário nas circunstâncias bem conhecidas.

Hoje, isso não ocorre. Temos recursos mínimos suficientes e, com as medidas tomadas agora, preservamos nossas divisas, fortalecemos nossa posição para negociar.

O que nós não queremos mais são paliativos ou soluções provisórias. As medidas atuais demonstram a determinação do Governo de criar condições adequadas para que a questão da dívida possa ter um encaminhamento definitivo: uma solução duradoura, que resulte de um entendimento amplo e justo, que crie estabilidade.

O Papa João Paulo II foi muito claro ao falar recentemente desta questão. E ele disse que a questão do endividamento externo é também um problema ético, isto é, um problema moral. O endividamento não pode prejudicar as necessidades básicas da vida de um povo.

Negociaremos a partir de uma posição de autonomia e com uma noção clara dos objetivos de longo prazo.

Agora quero responder a uma pergunta que deve estar na mente de todas as brasileiras e brasileiros: Por que as nossas reservas baixaram?

Quando eu assumi o Governo, em março de 1985, elas eram de 7 bilhões e 800 milhões de dólares.

No ano de 84, o ano anterior à minha assunção à Presidência da República, ingressaram no Brasil 9 bilhões de dólares de dinheiro novo.

Pois bem, em 85 e 86, os dois anos do meu Governo, nem um dólar líquido. E nestes dois anos, ao contrário, nós tivemos uma saída líquida de 1 bilhão e 400 milhões de dólares.

Nossas exportações caíram mais de 10% em 1986. Cerca de 3 bilhões e 300 milhões de dólares a menos. Por quê? Porque o mercado interno cresceu.

Importamos alimentos e outros bens necessários ao abastecimento. Mas por outro lado, os preços dos produ-

tos principais e dos manufaturados caíram no mercado externo, numa tendência que vem de muito tempo.

Agora, outro dado ao povo brasileiro: Nos últimos cinco anos o Brasil pagou 55 bilhões e 800 milhões de dólares somente em juros.

Repito: Nós não podemos pagar a dívida com a fome do povo.

Nas Nações Unidas eu já advertia, há dois anos no discurso que ali proferi.

«Esmagados sob o peso de enorme dívida externa, vivem os países da América Latina um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, inflação, aumento da miséria e da violência.»

Mas afirmei: a dívida não nos leva à dúvida. Temos certeza de que esta conta, com estes altos custos sociais e econômicos, a ser mantida a situação atual, é paga pela liberdade, porque um débito pago com a miséria certamente é uma conta que se paga com a democracia.

Meditei, avaliei conseqüências porque medidas desta natureza implicam naturalmente riscos.

Mas eu não encontro nada, absolutamente nada, que estruturalmente mostre que o Brasil tenha um obstáculo insuperável à sua frente. Não temos motivos para temer qualquer catástrofe.

Agora, temos de ter a noção do tempo. O Brasil tem que se preparar para o século XXI. E para isso é necessário um programa coerente e firme que caminhe.

Tivemos no nosso Plano Cruzado a valorização da produção e do trabalho e o fim da especulação. As coisas nem sempre se processam como a gente deseja, mas temos de continuar procurando esses objetivos com obstinação.

Vamos chegar a 28 de fevereiro. Um ano. Não temos agora aquela inflação baixa que todos nós esperávamos. Eu, junto com todo o povo brasileiro, como cidadão e mais ainda como Presidente da República que colocou todas as suas energias no sucesso de um programa tão bem delineado que está vivo e vai continuar. Fecharemos esses

12 meses com uma inflação em torno de 60%, mas não teremos os 252% de 85, nem os mais de 500% projetados para 86.

Agora eu sei que todos têm uma outra pergunta para o Presidente.

E o futuro? O primeiro passo é a providência que estou anunciando: a suspensão do pagamento dos juros da dívida, a fim de negociarmos fórmulas que não comprometam nosso crescimento econômico.

Em seguida teremos de pôr em prática um severo plano de contenção. Executar um programa consistente de estabilização da economia, consolidando a manutenção do crescimento e do emprego, essenciais.

Fala-se sempre que o Governo não contribui com sua parte. Pois bem, de início, nesta noite eu afirmo três pontos como o início da contribuição do Governo:

1 — durante seis meses, o Tesouro só gastará o que arrecadar.

2 — as empresas estatais somente farão investimentos com recursos gerados por suas próprias receitas ou recursos já identificados e efetivamente disponíveis.

3 — vamos proceder a uma revisão global dos subsídios. Para isso, submeterei ao Congresso imediatamente um projeto de lei que regulará as condições de sua aplicação e principalmente as correspondentes fontes de receita.

O Governo oferece a sua parte.

Agora devo dizer que, para o Brasil não sofrer com o seu povo o que ele não pode suportar, é preciso:

1) A união de todos os brasileiros em torno desta luta para que vençamos juntos.

Esta hora é hora de patriotismo responsável. Nada de traição ao País sob o pretexto de criticar o Governo, que apenas herdou essa dívida do passado e que vai pagá-la sem hipotecar as gerações do futuro.

O Brasil tomou sua decisão, e acredito que tem apoio unânime do seu povo, que há muito tempo desejava um

pacto mais firme no terreno da solução da dívida externa. Precisamos sentar à mesa da negociação, no exterior, com a autoridade de um País soberano e de um Governo apoiado pelo seu povo.

2) Entendimento nacional.

Para derrotar a inflação, afastar a recessão, manter nível de emprego, para restabelecer a confiança, para os investimentos voltarem e para manter o nível do poder de compra real do nosso trabalhador.

Enfim, para acabar com o ciclo de mão-de-obra barata, que é aviltante.

Para alcançar estas metas tão ambiciosas é necessário tempo.

A medida hoje tomada, inserida dentro do contexto da nossa política econômica, tem por objetivo também e principal melhorar a vida de nosso povo.

Eu convoco os políticos, os trabalhadores, os empresários, capital e trabalho, forças vivas da Nação, profissionais liberais, estudantes, igrejas, o povo todo, brasileiras e brasileiros, para ajudar o Brasil nesta hora. Hora grave, mas que será superada pelo nosso trabalho, pela nossa dignidade e pela nossa união.

Unidos!

Esta é a palavra de ordem, porque o futuro é nosso.

De minha parte eu peço-lhes: tenham confiança.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe!